

ACORDOS COMERCIAIS DO BRASIL¹

Maria Auxiliadora de Carvalho²

1 - INTRODUÇÃO

A tendência à firmação de acordos comerciais bilaterais é uma característica da atualidade que vem resultando em muitos blocos econômicos e numa multiplicidade de regras para o comércio exterior, dependendo da procedência da mercadoria. O Brasil vem se empenhando em acompanhar essa tendência participando ativamente das negociações internacionais bilaterais³ e/ou regionais. Sua atuação como integrante de bloco econômico data de 1960, quando sete países criaram a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), transformada em Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) em 1980.

A ALADI tem por objetivo estabelecer um mercado comum latino-americano e, para acelerar o processo, prevê e recomenda a realização de acordos de alcance parcial que envolvam parte de seus membros. É nesse contexto que o Brasil vem formalizando Acordos de Complementação Econômica (ACE), a maioria deles com vistas à formação de áreas de livre comércio. Um deles (ACE 18), que envolve Argentina, Paraguai e Uruguai, resultou no MERCOSUL (Mercado Comum do Sul), criado em 1991. Daí em diante, o Brasil continuou promovendo negociações comerciais de forma autônoma, bem como em bloco.

A maior parte dos acordos bilaterais já fechados envolve países da América Latina, foram firmados no âmbito da ALADI, e até agora são os únicos em vigor. O MERCOSUL vem negociando fora da região, mas os acordos ou não foram concluídos ou ainda não foram internaliza-

dos pela legislação dos contratantes⁴. O propósito deste texto é apresentar os acordos bilaterais firmados a partir da década de 1990, bem como as negociações em curso, com vistas à identificação dos possíveis impactos sobre o comércio exterior brasileiro.

2 - ACORDOS BILATERAIS

Os acordos comerciais bilaterais vigentes no Brasil têm como ponto de referência o Tratado de Montevidéu, de 12 de agosto de 1980, que criou a ALADI. O objetivo maior desse acordo é formar um mercado comum latino-americano e envolve Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

A estratégia para formar o mercado comum é a preferência tarifária regional e significa que todas as barreiras alfandegárias incidentes sobre a importação são inferiores para os países da região em relação àquelas cobradas dos países não pertencentes a ela. Como existem diferenças entre os membros da ALADI, ficou acordado que as preferências tarifárias também são diferenciadas: os menos desenvolvidos recebem preferência mais elevada, isto é, as barreiras às suas exportações são menores.

As preferências tarifárias outorgadas pelo Brasil no âmbito da ALADI vão de 14% a 48% e significam que, quando o Brasil importa de outros membros da ALADI, reduz suas barreiras comerciais nesses percentuais. Exemplificando, regra geral, quando a importação brasileira procede da Bolívia, a redução é de 48% e quando procede do Peru é de 14%⁵. Se o Brasil for o exportador, a preferência tarifária varia de 8% a 20% (Tabela 1).

O maior empenho brasileiro em acelerar

¹Registrado no CCTC, IE-76/2005.

²Engenheira Agrônoma, Doutora, Pesquisadora Científica do Instituto de Economia Agrícola.

³O Brasil também tem participado ativamente das negociações multilaterais desenroladas no âmbito da Organização Mundial de Comércio (OMC). Sua atuação foi marcante na coordenação do grupo dos vinte países em desenvolvimento (G-20) que vem pressionando pela revisão da política agrícola dos países desenvolvidos na Rodada Doha. Sua política de defesa comercial também pode ser considerada bem-sucedida, à medida que obtém vitórias em muitas de suas demandas na OMC, destacando-se as controvérsias contra os países mais desenvolvidos - casos do algodão com os Estados Unidos e açúcar com a União Européia.

⁴As negociações entre o MERCOSUL e a União Européia e entre os países das três Américas para formar a ALCA são as mais abrangentes, mas ainda estão longe da conclusão.

⁵Esses percentuais são válidos se não houver outro acordo que amplie a preferência. A Bolívia, por exemplo, que se tornou membro associado do MERCOSUL, já goza de 100% de preferência para muitos produtos.

TABELA 1 - Preferência Tarifária Regional Outorgada e Recebida pelo Brasil no Âmbito da ALADI¹
(em %)

País	Outorgante	Beneficiário
Bolívia	48	8
Paraguai	48	8
Equador	40	8
Colômbia	28	12
Chile	28	12
Cuba	28	12
Uruguai	28	12
Peru ²	14	6
Venezuela	28	12
Argentina	20	20
México	20	20

¹Existem listas de exceções das mercadorias consideradas sensíveis para cada país.

²Não internalizou o Segundo Protocolo Modificativo, tendo direito à metade das preferências.

Fonte: <http://www.desenvolvimento.gov.br/>. Acesso em: 22 ago. 2005.

a liberalização do comércio aconteceu a partir da década de 1990. No âmbito da ALADI, o Brasil firmou vários ACEs, destacando-se o ACE 18 que criou o MERCOSUL. Esse é o acordo mais ambicioso que o País já formalizou porque prevê a formação de um mercado comum. A maior parte deles se limita a criar uma zona de livre comércio entre as partes e, com frequência, a liberdade não abrange todos os produtos (Tabela 2).

A estratégia comercial do MERCOSUL é ampliar as preferências tarifárias da ALADI até chegar a 100% para todas as mercadorias. Para isso foi estabelecido um cronograma de desgravação que, de forma paulatina, eliminou a maior parte das barreiras comerciais entre os membros do bloco. Atualmente só existem barreiras para os produtos sensíveis, como é o caso do setor automotivo, cujas trocas obedecem aos termos de acordos firmados anteriormente⁶.

Poucos anos após sua criação, o MERCOSUL admitiu o Chile e a Bolívia como membros associados por meio do ACE 35 e ACE 36, respectivamente. O objetivo desses acordos foi criar uma zona de livre comércio em dez anos.

⁶Os acordos que hoje valem para o setor automotivo antecedem à criação do MERCOSUL, mas foram sofrendo modificações ao longo do tempo. É o caso do ACE 2, que envolve o comércio de produtos automotivos entre Brasil e Uruguai e já recebeu 60 protocolos adicionais. O 31º protocolo adicional ao ACE 14 regula o comércio desses produtos entre Brasil e Argentina.

Para isso, em 1997, teve início um programa de desgravação comercial, progressivo e automático, que deve resultar em 100% de preferência tarifária entre os membros do MERCOSUL e seus associados para a maioria dos produtos. Aqueles considerados mais sensíveis mereceram um cronograma mais dilatado, atingindo dezesseis anos para o Chile e dezoito anos para a Bolívia.

Em 1999, o Brasil internalizou os termos do ACE 39 com a Comunidade Andina (Colômbia, Equador, Peru e Venezuela), cujo objetivo é vir a formar uma zona de livre comércio. A estratégia nesse caso foi estabelecer preferências tarifárias fixas por produto, naturalmente maiores que as fixadas pela ALADI. Esse acordo foi prorrogado por diversas vezes e hoje só é válido para as relações comerciais entre Brasil e Peru, uma vez que os demais membros firmaram o ACE 59 com o MERCOSUL.

Pelo ACE 59, internalizado no Brasil em fevereiro de 2005, ficou acordado um cronograma para as concessões de preferências tarifárias de cada uma das partes envolvidas. Há produtos que serão beneficiados por 100% de preferência tarifária no início de 2007, enquanto os mais sensíveis só terão essa liberdade de comércio em 2018.

O Brasil também firmou acordos de preferências tarifárias fixas com Cuba (ACE 43) e México (ACE 53), ambos com a intenção de dinamizar o comércio bilateral. As negociações com o México evoluíram para acordo com o MERCOSUL (ACE 54), com vistas à formação de uma zona de livre comércio⁷. Vale ressaltar que o ACE 54 não prevê cronograma de desgravação. Sua estratégia, denominada cooperação econômica e comercial, consiste de medidas de estímulo à facilitação do comércio, tais como: promoção de reuniões empresariais, seminários, feiras, missões comerciais, além do intercâmbio de informação sobre política comercial, entre outras.

Todos os acordos mencionados até agora envolvem apenas países-membros da ALADI. O artigo 25 do Tratado de Montevideu prevê também acordos com países da América Latina, mesmo que não pertencentes à ALADI. É com base nesse artigo que o Brasil negociou preferências tarifárias com Trinidad e Tobago, internalizadas em 2002, e com a Guiana, em 2004. Não há a pretensão de formar zona de livre co-

⁷O ACE 53 entre Brasil e México, que instituiu preferências tarifárias fixas, ainda é válido.

TABELA 2 - Acordos Negociados pelo Brasil para Liberalização do Comércio, 1990-2005

Participantes	Acordo ¹	Data ²	Objetivos
Brasil - Uruguai	ACE 2	20/06/83 ³	Regular o comércio de produtos automotivos
Brasil - Argentina	ACE 14	15/03/91 ⁴	Regular o comércio de produtos automotivos
Brasil - MERCOSUL	ACE 18	21/11/91	Criar o Mercado Comum do Sul
MERCOSUL - Chile	ACE 35	19/11/96	Criar zona de livre comércio em dez anos
MERCOSUL - Bolívia	ACE 36	28/05/97	Criar zona de livre comércio em dez anos
Brasil - Peru ⁵	ACE 39	16/08/99	Criar zona de livre comércio
Brasil - Cuba	ACE 43	23/03/00	Dinamizar o comércio bilateral
Brasil - México	ACE 53	23/09/02	Dinamizar o comércio bilateral
MERCOSUL - México	ACE 54	18/02/03	Criar zona de livre comércio
MERCOSUL - CAN ⁵	ACE 59	02/02/05	Criar zona de livre comércio
Brasil - Trinidad e Tobago	AAP-A25 TM	07/03/02	Promover o incremento do comércio bilateral
Brasil - Guiana	AAP-A25 TM n. 38	31/05/04	Promover o incremento do comércio bilateral
MERCOSUL - SACU ⁶		16/12/04 ⁷	Criar zona de livre comércio
MERCOSUL - Índia		19/03/05 ⁷	Criar zona de livre comércio

¹ACE (Acordo de Complementação Econômica); AAP (Acordo de Alcance Parcial); A25TM (Artigo 25 do Tratado de Montevideu).

²Data de internalização na legislação brasileira.

³O 60º Protocolo adicional foi internalizado no Brasil em 06/06/03.

⁴O 31º Protocolo adicional foi internalizado no Brasil em 11/11/02.

⁵O ACE 39 incluía também Colômbia, Equador e Venezuela que, com o Peru, formam a Comunidade Andina. Os três primeiros firmaram o ACE 59 com o MERCOSUL.

⁶SACU (South African Customs Union) inclui África do Sul, Lesoto, Namíbia, Botswana e Suazilândia.

⁷Data do acordo de preferências tarifárias. Aguarda-se a internalização do Acordo para entrada em vigor.

Fonte: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/sece/negInternacionais/acoComerciais/>> e <http://www.aladi.org/nsfaladi/textactdos.nsf>>. Acesso em: 22/08/05.

mércio com esses países, mas simplesmente promover o incremento do comércio bilateral.

Fora da América Latina foram formalizados dois acordos comerciais neste início de século, envolvendo o conjunto do MERCOSUL, mas, como não foram internalizados, ainda não estão em vigor. São eles: MERCOSUL - Índia e MERCOSUL - SACU (South African Customs Union), que inclui África do Sul, Lesoto, Namíbia, Botswana e Suazilândia. Em ambos, o que se pretende é formar uma zona de livre comércio e a estratégia utilizada também é a concessão de preferências tarifárias fixas.

Estão em curso duas importantes negociações para formação de zonas de livre comércio: MERCOSUL - União Européia e ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), envolvendo todos os países das três Américas, exceto Cuba. Nos dois casos, o subsídio à agricultura concedido pelos países mais desenvolvidos é o maior entrave às negociações. É provável que a negociação com a União Européia chegue a termo mais cedo, dado que vêm sendo apresentadas ofertas de liberalização de ambas as partes. A ALCA, que já deveria estar em vigor em 2005, está com o cronograma bem atrasado e

deve passar por redefinição. Os conflitos de interesse entre os Estados Unidos e o MERCOSUL são os maiores responsáveis pelo atraso. No andamento das negociações, os Estados Unidos optaram por isolar o MERCOSUL, dividindo os 34 países da região com ofertas de liberalização diferenciadas. Nesse processo, o MERCOSUL recebeu a oferta mais desfavorável⁸.

Destaque-se que as ofertas dos Estados Unidos podem vir a comprometer a própria integridade do MERCOSUL. Já houve oportunidades em que se noticiou a intenção norte-americana de negociar acordos bilaterais com parte dos membros do bloco. Ainda não houve acordos formais, mas não por falta de interesse dos participantes do MERCOSUL. O Paraguai é o caso mais recente. Seu presidente manifestou publicamente que o ideal seria colaborar com a segurança dos Estados Unidos em troca de acesso ao

⁸Uma nova evidência do isolamento do MERCOSUL é a recente aprovação do Acordo de Livre Comércio da América Central (CAFTA) pelo congresso norte-americano, envolvendo Costa Rica, República Dominicana, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua.

mercado norte-americano⁹.

A exemplo dos Estados Unidos, o Canadá também vem negociando acordos bilaterais com os futuros membros da ALCA. Nesse contexto, desde o final de 2004, vem desenvolvendo negociações comerciais com o MERCOSUL, mas o processo ainda está em fase de preparação de ofertas.

A diplomacia brasileira vem buscando novas frentes de abertura comercial, como é o caso das negociações entre MERCOSUL e Marrocos e Egito, divulgadas pelo governo brasileiro no começo de 2005, mas ainda não concretizadas, até porque a indústria brasileira não manifestou grande interesse por elas¹⁰.

3 - EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO COM PARCEIROS NOS ACORDOS

Os anos de 2003 e 2004 foram bastante favoráveis para o comércio exterior brasileiro: enquanto as exportações mundiais cresceram 17% e 21%, o Brasil teve crescimento de 21% e 32%, respectivamente¹¹. A análise a partir da década de 1990 mostra que as exportações brasileiras cresceram predominantemente acima da média mundial, embora com diferenças mais modestas. Da comparação dos triênios 1989-91 e 2002-04, verifica-se que, em média, o Brasil expandiu suas exportações em 6,3% a.a. contra crescimento de 6,0% a.a. do comércio mundial¹² (Tabela 3).

Os produtos agrícolas foram os maio-

⁹PRADO, M. Paraguai quer acordo com EUA sem Mercosul. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16 set. 2005. Caderno A, p. 17.

¹⁰OTTA, L. A. Mercosul-Marrocos: acordo iniciado. *O Estado de S. Paulo*. Disponível em: <<http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=165515>>. Acesso em: 25 ago. 2005. Parece que a indústria brasileira tem pouco interesse nessas negociações dado que poucas empresas enviaram ao governo suas demandas de abertura desses mercados. Ver LANDIM, R.; RITTNER, D. Acordos com Egito e Marrocos não atraem indústria. *Valor Econômico*, São Paulo, 23 abr. 2005. Disponível em: <<http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=195298>>. Acesso em: 25 ago. 2005.

¹¹Informações obtidas no *press release* do documento World Trade 2004. Disponível em: <http://www.wto.org/english/news_e/pres05_e/pr401_e.htm>. Acesso em: 29 ago. 2004.

¹²Observe-se que a diferença é ainda maior para as importações. A média do período para o Brasil foi de 7,2% a.a. e 37% para 2004 (Tabela 3).

res responsáveis pelo bom desempenho do comércio exterior brasileiro. Observe-se que entre 1989-91 e 2002-04 as exportações agrícolas cresceram mais que a média geral, 6,8% a.a. contra 6,3% a.a., enquanto com as importações aconteceu o inverso, isto é, a taxa anual de crescimento da agricultura (2,8%) foi bem menor que a média geral (7,2%) (Tabelas 3 e 4).

TABELA 3 - Taxa Anual de Crescimento do Comércio, 1989-2004
(em %)

Item	Exportação		Importação	
	1989-2004 ¹	2004 ²	1989-2004 ¹	2004 ²
Mundo	6,0	21	6,0	21
MERCOSUL	6,3	28	6,9	30
Brasil	6,3	32	7,2	37

¹Cálculo a partir das médias dos triênios 1989-91 e 2002-04.

²Estimativa da OMC.

Fonte: SECEX/DECEX, FAOSTAT database e OMC.

O comércio com os países que já têm acordos comerciais em vigor com o Brasil e/ou MERCOSUL parece indicar que o resultado tem sido favorável ao Brasil, para produtos agrícolas ou não. Lembrando que estão vigendo somente os acordos no âmbito da ALADI, observa-se que as taxas de crescimento das exportações brasileiras para os demais países dessa associação, para o MERCOSUL e para a Comunidade Andina são maiores que as das importações. No caso específico da ALADI, grupamento que envolve os outros dois, as exportações brasileiras cresceram à taxa anual de 9,5% contra crescimento de 6,7% a.a. das importações. Se se observar apenas o comércio de produtos agrícolas, a diferença a favor do Brasil é ainda maior, 9,4% a.a. contra 4,3% a.a., para exportações e importações, respectivamente (Tabelas 4 e 5).

Os países da ALADI deverão também ser futuros membros da ALCA, quando e se ela vier a se formar. No entanto, ao contrário do que ocorreu no âmbito da ALADI, as exportações agrícolas brasileiras para os membros da ALCA tiveram taxa anual de crescimento igual à metade do total agrícola (3,4% contra 6,8%). A maior causa disso é o declínio dessas exportações para os Estados Unidos (-1,8% a.a.), que reduziu sua participação nas exportações agrícolas brasileiras de 23,4% no triênio 1989-91 para 7,2% no triênio 2002-04. Nesse período, o Canadá também reduziu sua participação de 1,9% para 1,0%, resultado de crescimento anual de 1,6% das exporta-

TABELA 4 - Comércio de Produtos Agrícolas com Parceiros Selecionados, Brasil, nos Triênios 1989-91 e 2002-04¹

Parceiros	1989-91 ²			2002-04 ²			Crescimento ³ (em %)	
	Export.	Import.	Saldo	Export.	Import.	Saldo	Export.	Import.
Total	8.727	2.245	6.482	22.020	3.324	18.696	6,8	2,8
ALADI	323	1.240	-917	1.140	2.222	-1.082	9,4	4,3
MERCOSUL	155	2.985	-2.830	411	2.041	-1.630	7,2	-2,7
ALADI excl. MERCOSUL	168	114	54	730	182	548	11,0	3,4
Outros da América Latina	10	0	10	39	0	38	9,9	12,7
Comunidade Andina	54	21	33	298	55	243	13,0	7,2
ALCA	1.936	1.560	375	3.082	2.481	601	3,4	3,4
União Européia	4.371	400	3.971	8.722	472	8.250	5,1	1,2
África do Sul	32	6	27	189	4	185	13,4	-2,4
Argentina	74	333	-259	238	1.453	-1.214	8,7	11,1
Bolívia	18	10	8	58	4	54	8,8	-5,4
Canadá	167	65	102	209	39	170	1,6	-3,5
Chile	30	88	-58	253	121	132	16,5	2,3
Colômbia	3	1	1	70	6	63	25,8	11,4
Cuba	26	0	26	39	1	38	2,9	52,7
Equador	0	2	-2	12	8	5	25,9	8,8
Estados Unidos	2.041	252	1.789	1.583	218	1.365	-1,8	-1,0
Guiana	1	0	1	1	0	1	-0,6	4,6
Índia	8	2	6	231	7	224	27,1	10,3
México	59	6	54	141	11	130	6,4	5,0
Paraguai	49	19	30	78	315	-237	3,4	22,2
Peru	10	6	3	25	14	10	6,8	5,9
Trinidad e Tobago	3	0	3	15	0	15	13,4	-8,9
Uruguai	32	85	-53	95	273	-179	8,1	8,7
Venezuela	22	1	21	16	16	0	-2,2	22,4

¹Capítulos 1 a 24 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM).

²Média do triênio em US\$ milhão.

³Taxa anual de crescimento entre os triênios 1989-91 e 2002-04.

Fonte: Elaborada a partir de dados básicos de SECEX/DECEX.

ções agrícolas brasileiras com esse destino (Tabela 4).

No comércio total com a ALCA o desempenho brasileiro foi relativamente melhor: suas exportações para os futuros membros desse bloco aumentaram mais que a média geral enquanto as importações cresceram menos. Observe-se, no entanto, que também nesse caso o comércio com os dois países mais desenvolvidos do futuro bloco, Canadá e Estados Unidos, foi desfavorável ao Brasil: o crescimento das exportações, além de bem menor que a média geral, foi também menor que o das importações. Isso significa que coube aos membros da ALADI a responsabilidade pelo melhor desempenho do comércio brasileiro com a ALCA.

Quanto à União Européia (UE), é desejável que o acordo para formação da área de livre comércio com o MERCOSUL reverta a tendência do comércio brasileiro verificada nos últimos anos. O Brasil vem perdendo espaço no mercado europeu, tanto no comércio de produtos agrícolas como no de outros bens. No triênio 1989-91, a UE absorvia 50% das exportações agrícolas brasileiras, participação que caiu para 40% no triênio 2002-04. Nesse mesmo período a participação dos demais produtos nas exportações brasileiras caiu de 26% para 19%. Isso resultou em crescimento do total das exportações brasileiras de 4,5% a.a., enquanto as importações procedentes daquele mercado cresceram 8,3% a.a. (Tabela 5).

TABELA 5 - Total do Comércio Exterior com Parceiros Selecionados, Brasil, nos Triênios 1989-91 e 2002-04

Parceiros	1989-91 ¹			2002-04 ¹			Crescimento ² (em %)	
	Export.	Import.	Saldo	Export.	Import.	Saldo	Export.	Import.
Total	32.472	19.988	12.484	76.640	52.784	23.856	6,3	7,2
ALADI	3.950	3.567	383	14.162	8.820	5.342	9,5	6,7
MERCOSUL	1.670	8.524	-6.854	5.965	5.896	69	9,5	-2,6
ALADI excl. MERCOSUL	2.280	1.318	962	8.197	2.924	5.273	9,6	5,9
Outros da América Latina	91	17	74	409	16	393	11,3	-0,3
Comunidade Andina	1.022	567	454	3.132	1.335	1.797	8,3	6,3
ALCA	12.339	8.319	4.020	34.555	20.270	14.285	7,6	6,6
União Européia	10.470	4.588	5.882	19.342	14.027	5.315	4,5	8,3
África do Sul	166	81	85	749	217	532	11,4	7,3
Argentina	948	636	312	4.759	4.995	-236	12,2	15,9
Bolívia	214	29	186	439	543	-105	5,2	23,4
Canadá	810	490	319	986	786	201	1,4	3,4
Chile	618	497	122	1.961	956	1.005	8,6	4,8
Colômbia	174	34	140	808	117	691	11,6	9,1
Cuba	76	54	22	92	27	65	1,4	-4,8
Equador	138	7	132	412	39	373	8,1	13,6
Estados Unidos	9.895	4.192	5.702	17.362	10.397	6.965	4,1	6,7
Guiana	3	0	3	11	0	11	9,7	-17,3
Índia	178	28	150	619	538	81	9,3	23,6
México	565	200	365	3.010	606	2.405	12,7	8,2
Paraguai	400	86	314	712	385	327	4,2	11,3
Peru	165	139	26	518	267	251	8,5	4,8
Trinidad e Tobago	40	14	27	302	40	262	15,5	8,0
Uruguai	322	167	155	494	515	-22	3,1	8,4
Venezuela	321	359	-38	285	369	-85	-0,8	0,2

¹Média do triênio em US\$ milhão.

²Taxa anual de crescimento entre os triênios 1989-91 e 2002-04.

Fonte: Elaborada a partir de dados básicos de SECEX/DECEX.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proliferação de acordos comerciais bilaterais é uma tendência que caracteriza esse início de século e a diplomacia brasileira tem se empenhado para não ficar para trás. Há várias negociações em andamento, destacando-se a ALCA e o bloco MERCOSUL - União Européia que, pela importância econômica dos países envolvidos, podem provocar grandes mudanças nas tendências do comércio mundial.

Já existem acordos comerciais firmados pelo MERCOSUL com países de fora da América Latina (Índia e SACU), mas como não foram internalizados na legislação brasileira, para todos os efeitos ainda não estão em vigor. De concreto, o que já está vigendo são acordos firmados no âmbito da ALADI. É o caso da formação do MERCOSUL, que está promovendo des-

gravação comercial para formar áreas de livre comércio com seus associados, Chile e Bolívia, com a Comunidade Andina e com o México.

Os resultados observados parecem indicar que o crescimento do comércio brasileiro com os envolvidos nesses acordos foi maior que a média geral. Em outras palavras, como era de se esperar, os membros da ALADI, que firmaram acordos comerciais com o Brasil, aumentaram sua participação no comércio exterior brasileiro e, na média, com vantagem para o Brasil: no período 1989-2004, as exportações cresceram um pouco mais que as importações. No mesmo período o desempenho brasileiro foi ainda melhor nas trocas de produtos agrícolas: suas exportações cresceram mais que o dobro das importações.

Embora as negociações bilaterais caracterizem a atualidade e possam resultar em benefícios em alguns casos, a estratégia repre-

senta um grave perigo para o futuro do comércio internacional, em especial para os países mais pobres, que são compelidos a aceitar acordos que nem sempre os favorecem.

Jagdish Bagwati, considerado um dos maiores especialistas mundiais sobre comércio internacional, acusa os Estados Unidos pelo que considera uma verdadeira epidemia na atualidade. *“Os acordos bilaterais de livre comércio se transformaram em um instrumento dos lobbies dos Estados Unidos e estão destruindo as negociações multilaterais. A tática dos Estados Unidos é enfraquecer os países pobres nas negociações multilaterais, eles usam os acordos para coagir esses países”*¹³.

¹³MELLO, P. C. Acordos bilaterais são instrumentos dos EUA. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 20 jul. 2003. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/Alca/Artigos/esp_acordos.htm>. Acesso em 26 ago. 2005.

Argumenta que a multiplicidade de negociações bilaterais gera um emaranhado de regras para toda e qualquer operação comercial de forma que um mesmo produto pode ser taxado por tarifas diferentes dependendo de sua origem e dos termos dos acordos preferenciais estabelecidos. Essa prática inviabiliza a cláusula de nação mais favorecida (NMF)¹⁴, base das negociações multilaterais, pondo em risco as conquistas nas negociações multilaterais desenvolvidas no GATT e na OMC.

¹⁴A cláusula NMF assegura que as concessões de um dos membros da OMC a outro país qualquer sejam estendidas incondicionalmente a todos os membros da OMC.

Palavras-chave: acordos comerciais, preferência tarifária, comércio exterior, agricultura.